ANTI CAPITALISTA

N.º 19 (SÉRIE II) – JULHO 2019

A LUTA NÃO TIRA FÉRIAS

LEI DE BASES DA HABITAÇÃO P.05

ACAMPAMENTO P.03

EDITORIAL

A LUTA NÃO TIRA FÉRIAS

Os efeitos das eleições europeias estão à vista. Na Europa, o PS prossegue a sua política de convergência com os partidos liberais, liderados por Macron, numa vaga promessa de enfrentamento aos ditames austeritários. Uma aliança do extremo-centro disposto a mudar alguma coisa para que tudo fique quase na mesma. Não por acaso, o mesmo PS escolheu em Portugal fazer das PPP a sua linha vermelha para uma nova Lei de Bases da Saúde, demonstrando o quanto está rendido aos interesses privados. A direita ensaia um regresso às origens, com o CDS a encarnar o velho espírito do partido do contribuinte e o PSD a arriscar a vertigem da redução do número de deputados, pondo em xeque o sistema de representação. O discurso da guerra de gerações, velho adágio da direita em tempos de crise, voltou pela mão de Marcelo, num tosco exercício de ventriloquismo que deu vida e corpo ao inevitável João Miguel Tavares. A desorientação continuará à direita, mais apostada em desmobilizar o eleitorado à esquerda do que em apresentar propostas programáticas. O Bloco de Esquerda prepara a sua campanha e não desvia a atenção das lutas sociais. O conflito em torno da Lei de Bases da Saúde representa um dos pontos centrais para um programa de governo capaz de apresentar soluções para país: a defesa de serviços públicos universais e de qualidade. A persistência em manter a pressão em matérias tão importantes como o Estatuto do Cuidador Informal e a Lei de Bases da Habitação permitiu alcançar conquistas importantes, mantendo-se o bloqueio do PS no que toca às leis laborais, ao investimento público, ao controlo do sistema financeiro e aos ditames da União Europeia. Tal como consta na última resolução da Mesa Nacional, «nas próximas eleições legislativas, o Bloco de Esquerda apresentar-se-á com um programa ambicioso de respostas socialistas para as questões decisivas do país. Esse programa dará voz aos compromissos que o Bloco tem assumido para democratizar a economia, para pagar a dívida interna e investir na igualdade e coesão e para conquistar direitos fortes contra o conservadorismo e o preconceito. E terá como prioridade apresentar soluções concretas que se exigem neste tempo da emergência climática e de transição energética». A luta social não tira férias, mesmo tendo chegado o mês de julho. Importa olhar com atenção as novas mobilizações populares contra Bolsonaro no Brasil em torno da defesa da educação pública e dos direitos do trabalho, aprendendo com as experiências recentes das greves climáticas, apontando caminhos para a defesa transversal do Serviço Nacional de Saúde. As Marchas do Orgulho LGBTI+ acontecem um pouco por todo o país, estendendo-se a novas cidades, com uma marca anticapitalista bem presente, como resultado da luta e organização contra as tentativas de despolitização e pinkwashing. Aqui ao lado, julho será também o mês do Acampamento de Jovens Revolucionárias, lugar de encontro de centenas de militantes e ativistas que lutam pela transformação social em diferentes países. Dinamizado pela IVª Internacional desde 1984, o acampamento monta tenda em diferentes países. Em 2019 será no Estado Espanhol, entre 21 e 27 de julho. Centenas de jovens de toda a Europa e de outros países do mundo têm encontro marcado em La Granja, perto de Segóvia, a 80 km de Madrid, para discutirem as alternativas e construírem as redes de trabalho e de solidariedade necessárias. Faltas tu.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
A luta não tira férias

3 **Internacional**
Acampamento Internacional de Jovens Revolucionárias

4 **Internacional**
Clube das trevas

5 **Ativismo**
Na casa de partida

6 **Ativismo**
As lutas fazem bem à Saúde

7 **Internacional**
Oposição a Bolsonaro cresce nas lutas e nas ruas

8 **Leituras**
Social Reproduction Theory, Tithi Bhattacharya (Ed.)
Feminismo para os 99%, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser

8 **Acontece**
Marchas do Orgulho LGBTI+
Slutwalk
Liberdade
Greve Feminista Internacional 2020

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Bruno Maia
Hugo Monteiro
Mafalda Araújo
Maria Manuel Rola
Rita Gorgulho
Tatiana Moutinho

Capa
Niki de Saint Phalle, *Baigneurs*, 1981

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

ACAMPAMENTO INTERNACIONAL DE JOVENS REVOLUCIONÁRIAS

[PROGRAMA COMPLETO EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET]

O Acampamento Internacional de Jovens Revolucionárias é o ponto de encontro de centenas de militantes e ativistas de diferentes países. É organizado pela IVª Internacional e teve a sua primeira edição em 1984. Este ano é no Estado Espanhol, perto de Segóvia. O programa político do acampamento foi proposto, debatido e acordado democraticamente nos meses anteriores. Cada dia tem uma temática concreta, e a maior parte das atividades é desenvolvida em seu torno.

As participantes de cada país organizam-se em delegação. Cada delegação tem reuniões próprias nas quais se explicam as questões práticas e políticas de cada dia. O acampamento é um espaço autogerido. Por conseguinte, são distribuídas diferentes tarefas às delegações, para que colaborativamente se garanta o bom funcionamento do espaço. O acampamento tem uma moeda própria, de modo a que todas as participantes possam estar em igualdade, independentemente do seu país de origem e do seu rendimento.

COMO FUNCIONA?

O acampamento organiza-se em diferentes espaços:

As **formações** são o espaço político central de cada dia e o seu objetivo é explicar algumas noções políticas centrais. São dinamizadas por uma pessoa de referência, com vasta experiência e conhecimento sobre o tema em debate. Neste espaço existe tradução simultânea para cinco línguas: inglês, francês, dinamarquês, italiano e castelhano.

As **oficinas** acontecem simultaneamente e são apresentadas pelas participantes das diferentes delegações. Podem ter um caráter teórico, prático ou ser um relato de uma experiência política concreta. Estão relacionadas com a temática do dia, mas tratam as mais diversas questões. Aqui, caso seja necessária tradução, ela terá de ser assegurada pelas participantes da oficina.

As **reuniões** inter-delegações são o espaço onde é possível informar sobre a situação política do país de origem e escutar sobre a situação, as mobilizações e as experiências de construção política em outros lugares.

O **espaço de mulheres** consiste num lugar físico concreto ocupado de forma permanente durante todo o acampamento. É um espaço seguro, não-misto, no qual se desenvolvem diversas atividades. O conteúdo político centra-se na partilha de experiências e análises para a construção do movimento feminista anticapitalista e internacionalista.

O **espaço LGBTI+** é também um espaço físico permanente. Acolhe atividades que podem ou não ser mistas e que se centram sobre a questão de como nos relacionamos com o nosso género e orientação

sexual, nas discriminações sofridas e no desafio da construção de um movimento LGBTI+ crítico e revolucionário.

QUE DEBATES ESTÃO PREVISTOS?

Ecossocialismo

FORMAÇÃO: Entre o Green New Deal e as mobilizações climáticas estudantis. A emergência de um movimento? Uma perspetiva ecossocialista

OFICINAS: 1. Perspetivas internacionais das greves climáticas; 2. Ecofeminismo; 3. Soberania alimentar e antiespecismo; 4. Extinction Rebellion; 5. Agroecologia entre o campo e a cidade: a experiência Jackson; 6. O impossível capitalismo verde e a importância da classe trabalhadora; 7. A luta contra as grandes explorações pecuárias; 8. Os coletes amarelos aos olhos dos ecologistas; 9. A relação entre as greves climáticas e as greves feministas; 10. Catástrofes climáticas

Feminismo

FORMAÇÃO: Elementos para um feminismo internacionalista

OFICINAS: 1. A luta pelo direito ao aborto; 2. Economia feminista; 3. Greves feministas na Suíça; 4. Auto-organização e direitos sindicais das trabalhadoras sexuais; 5. A luta pelo aconselhamento feminista e LGBTI+; 6. Autodefesa feminista; 7. Assédio sexual nas universidades; 8. A greve estudantil no 8M; 9. Trabalho emocional; 10. Reação conservadora do patriarcado perante o movimento feminista; 11. A história do 8 de março

Jovens e classe

FORMAÇÃO: A defesa das nossas cidades: mercantilização, especulação e habitação

OFICINAS: 1. Como politizar uma festa?; 2. Saúde mental na juventude; 3. Sindicalismo feminista; 4. Cultura urbana, juventude e consciência de classe; 5. O direito à cidade e o proletariado urbano; 6. Avaliação do processo revolucionário no Magreb e Mashreq; 7. Espaços juvenis de autodefesa laboral; 8. Habitação e gentrificação; 9. Sindicalismo estudantil; 10. Os coletes amarelos; 11. A situação no Brasil

Luta LGBTI+

FORMAÇÃO: Luta e resistência do movimento LGBTI+ contra a ascensão da extrema direita

OFICINAS: 1. Lésbicas e gays apoiantes das migrantes; 2. O movimento feminista dentro do movimento LGBTI+; 3. Experiências de construção de Orgulhos críticos; 4. Mundo rural e coletivos LGBTI+; 5. Transmisoginia nas nossas organizações; 6. Fronteira trans: patologização, leis e visibilidade; 7. Educação sexual/de-sexualizar os espaços queer; 8. PrEP: o que é e o que se passa; 9. Relações poliamorosas; 10. Pinkwashing e homonacionalismo

Migrações, Antirracismo e Antifascismo

FORMAÇÃO: A luta antirracista, auto-organização e resistência

OFICINAS: 1. Gronelândia; 2. Solidariedade com as refugiadas e migrantes; 3. Imperialismo suíço e neocolonialismo; 4. Apartheid na Palestina; 5. Experiência dos MENA; 6. Islamofobia e antissemitismo; 7. O que fazer com os símbolos do colonialismo; 8. Experiências de apoio mútuo e solidariedade entre pessoas migrantes e nativas; 9. China e o novo imperialismo; 10. Os campos -prisão na Líbia, a cumplicidade italiana e a indiferença da União Europeia

Partido e estratégia

FORMAÇÃO: Organizar as jovens: que organizações para que movimento

OFICINAS: 1. Boicote de eventos culturais como a Eurovisão; 2. Marxismo e populismo; 3. Experiências de construção da greve feminista; 4. Reforma ou revolução; 5. Lutas sociais e diversidade funcional; 6. Eurexit - que alternativas tem a esquerda?; 7. Como usar as redes sociais para o ativismo político?; 8. Organização de campanhas e estratégias; 9. Construindo movimentos ecológicos transnacionais (Fridays for Future); 10. Mobilização comunitária em situações de despejo; 11. O que podemos esperar das revolucionárias do DSA e Sanders nos EUA?; 12. A situação no leste da Ucrânia

INTERNACIONAL

O CLUBE DAS TREVAS

Andrea Peniche
Beatriz Simões

Os últimos tempos têm sido marcados por decisões assustadoras, das quais as que envolveram Melissa Ann Rowland e Purvi Patel são exemplos paradigmáticos. Melissa Ann Rowland, do Utah, foi acusada de homicídio por ter recusado uma cesariana e um dos gémeos de que estava grávida ter nascido morto. Purvi Patel, do Indiana, foi acusada de feticídio e condenada a vinte anos de prisão (sentença posteriormente revogada), mesmo que tenha afirmado que o aborto foi espontâneo e não tenham sido encontrados vestígios de quaisquer medicamentos indutores de aborto. Já se sabe, a palavra das mulheres não costuma ser tomada por verdadeira.

Nos últimos meses, os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados Unidos estão a assumir contornos inconcebíveis. Percebemos que da agenda conservadora faz parte a apropriação e controlo do corpo das mulheres e que o argumento da "natalidade", lá como cá, traz sempre as mesmas roupagens: a ideia de maternidade como obrigação e a sua retirada do campo das escolhas. Isso exige que se estrangule financeiramente o planeamento familiar e que se recue na lei do aborto, ora banindo-o totalmente, ora restringindo o acesso a este direito.

Em maio, o estado do Alabama promulgou a lei mais restritiva dos Estados Unidos em matéria de aborto, que passou a ser totalmente proibido, mesmo nos casos em que a gravidez resulta de incesto ou violação. A única exceção é a possibilidade da morte física da gestante. Arkansas, Georgia, Dakota do Norte, Kentucky, Louisiana, Ohio, Missouri, Mississipi… seguiram as mesmas pisadas na perseguição das mulheres e juntaram-se ao clube das trevas.

À exceção do Louisiana, todos os outros estados que baniram ou restringiram o direito ao aborto são governados pelo Partido Republicano. Percebemos, então, que esta é a sua agenda e que a possibilidade de a decisão Roe vs. Wade, de 1973, que inibe os estados de aplicarem leis antiaborto muito restritivas, ser derrotada no Supremo Tribunal existe, porque Trump já garantiu a maioria conservadora, ao nomear os juízes Neil Gorsuch e Brett Kavanaugh, que são declaradamente antiescolha. Provavelmente, isto não acontecerá, mas é seguro afirmar que desta ofensiva resultará o enfraquecimento de Roe e o aumento das dificuldades em aceder a um aborto legal, sabendo nós que estas dificuldades têm uma marca de classe evidente. Como as nomeações para o Supremo Tribunal são vitalícias - os juízes só podem ser substituídos por morte, decisão pessoal ou destituição pelo Congresso -, o quadro apresenta-se muito difícil, já que o equilíbrio entre liberais e conservadores está cada vez mais comprometido, não só pelas nomeações de Trump, mas também porque o membro mais velho deste tribunal é uma liberal, Ruth Bader Ginsburg, com 86 anos.

Nas próximas eleições presidenciais de 2020, o tema do aborto deverá ser determinante. O braço de ferro entre o conservadorismo talibã e a liberdade de escolha vão pesar decisivamente. Há muitos anos que se sibila a possibilidade de transformar a decisão Roe vs. Wade em lei federal. No campo democrata discute-se a possibilidade da Women's Health Protection Act, como forma de garantir o direito das mulheres ao aborto legal e seguro. Todavia, esta lei tem poucas possibilidades de passar, já que a maioria do Senado é republicana. Era preciso uma grande reviravolta nas eleições de 2020 para que fosse aprovada e, mesmo que isso acontecesse, continuava a não dar garantias, porque as mulheres ficariam sempre reféns do jogo de cadeiras do poder.

CADA VEZ MAIS A UTOPIA NEGATIVA DE ATWOOD NOS ESTÁ PRÓXIMA, PARTICULARMENTE PELA PROGRESSIVA DESUMANIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES. NOS ESTADOS UNIDOS, UMA CRIANÇA DE 11 ANOS NÃO PODE COMPRAR UM BILHETE DE LOTARIA NEM TEM DIREITOS POLÍTICOS, MAS TEM AGORA A OBRIGAÇÃO LEGAL DE LEVAR UMA GRAVIDEZ ATÉ AO FIM.

Resistir e defender direitos é a nossa senha, porque se há um ano a Irlanda punha fim à lei do aborto mais vergonhosa da Europa, se na Argentina assistimos a uma marea verde cada vez mais poderosa, as forças conservadoras não descansam nem dormem. E, já se sabe, nesta como noutras situações, os corpos das mulheres são despojos de guerra ao serviço de um sistema que não só precisa de corpos para alimentar as suas guerras, como precisa também de a cada momento fazer prova de quem é quem no sistema de dominação.

NA CASA DE PARTIDA

Maria Manuel Rola

Muitos de nós estamos familiarizados com o jogo de tabuleiro Monopólio, no qual a estratégia é criar mais-valias a partir das casas e prédios que cada um adquire. No essencial, quem tem mais propriedades em melhores localizações extorque os outros e ganha o jogo. Só que as casas e prédios deste jogo não têm inquilinos e, por isso, a aprendizagem da especulação imobiliária e do rentismo é feita de forma lúdica, sem sermos obrigados a ser confrontados com os efeitos nefastos da acumulação imobiliária.

Passando do jogo que também eu jogava em adolescente para os dias de hoje, este é uma boa representação do problema da habitação: a vivência quotidiana é um fator invisível na distância de quem pode comprar o edificado, ali o direito social está ausente. As políticas de habitação são hoje, também elas, essa invisibilidade e abstração: se não vemos os jogadores e as suas jogadas, percebemos que a ausência de regras existe para que as segundas fluam sem entraves. E aqui reside a importância de uma Lei de Bases da Habitação que coloca este direito como pilar do Estado social, dando-lhe enquadramento legislativo e obrigação de inscrição no orçamento. É também importante porque visibiliza esta luta e inscreve a penalização de iniciativas financeiras que não valorizam a função social da habitação. Com esta lei, passa a existir um enquadramento para isso. Limitado, mas existe.

Conseguimos voltar a incluir a proteção aos fiadores, para que não exista renegociação dos contratos com normas mais penalizadoras. E venceu-se a luta - de justiça elementar - relativa à dação em cumprimento (a devolução da casa ao banco poderá passar a anular a dívida contraída com o empréstimo). Esta é uma inclusão importante para quem tem visto o banco ficar-lhe com a casa. E será tanto maior quanto maior for a pressão durante a sua regulamentação. Inscreveu-se o assédio imobiliário e o direito de preferência mais favorável a inquilinos e Estado, o que permitirá que os municípios intervenham nas vendas em massa, como na Fidelidade. Garantiu-se ainda a introdução da possibilidade de as câmaras municipais exigirem uma percentagem de habitação pública em operações urbanísticas.

Por fim, a Lei de Bases tem também uma conquista que, para já, é mais simbólica do que prática, mas que pode ser de grande importância para o futuro: a inscrição da necessidade de um corpo de serviço público consistente que aplique a mudança de paradigma que o governo tem vindo a propagandear. Este tronco da aplicação da política de habitação que o Estado passará a ser obrigado a ter terá instrumentos definidos e orçamento plurianual, que deverá dar resposta às carências habitacionais, em linha com o que é necessário. Tem um problema, o PS só trabalha com palavras como "progressivamente" e deixa a responsabilidade de responder à emergência das crises sociais para outras núpcias.

Durante o processo, houve, no entanto, recuos do PS. Foi o que aconteceu quando optou por deixar de fora da Lei de Bases da Habitação instrumentos que defendem o interesse comum contra opções privadas que o danificam – as servidões ou posses administrativas, a expropriação ou ainda a requisição. Ainda assim, apesar de não estarem especificamente mencionadas na Lei, estas ferramentas existem e podem ser utilizadas na prossecução do interesse geral. Podemos e devemos ir mais longe na nossa prática concreta e na disputa social, e a Lei de Bases não o enuncia, mas também não impede.

A prevenção do despejo perdeu força e o PS procurou incluir o alojamento local como uso habitacional. Foi eliminado por proposta nossa. Ainda assim, esta continua a ser a única atividade económica não habitacional que se pode desenvolver em tipologia habitacional. A limitação terá de ser definida na Lei do Alojamento Local.

Estamos na casa de partida. Iniciámos um caminho, mas o traçado vai depender totalmente da pressão social. A Lei deve ser utilizada para reforçar o direito à habitação e não para deixar o jogo entregue ao monopólio. E isto depende da capacidade de nos mobilizarmos e condicionarmos o poder, no parlamento e na rua.

ATIVISMO

AS LUTAS FAZEM BEM À SAÚDE

BRUNO MAIA

«Não só os países com liberdade económica alcançam melhores resultados em saúde para os seus cidadãos, como a liberdade económica encoraja também o empreendedorismo e a inovação, que promovem avanços médicos importantes». A frase é de James Roberts e Ryan Olson, num relatório encomendado para a The Heritage Foundation, em 2013. Pouco importa que seja uma mentira descomunal, totalmente alheada dos factos. Pouco importa que ambos os autores vivam no país com "a maior liberdade económica" (EUA) do "mundo ocidental", mas que tem os piores resultados em saúde. Pouco importa que 80% da verdadeira inovação na área dos medicamentos venha de instituições financiadas publicamente e não do setor privado. Pouco importa que os países com melhores índices de saúde do mundo tenham sistemas de saúde inteiramente públicos.

O que importa mesmo é hegemonizar discurso. E que esse discurso abra o caminho fundamental da privatização sistemática e gradual dos cuidados de saúde. Não será nunca uma alteração brusca: porque os resultados positivos dos sistemas sociais europeus são tão evidentes para todos e todas. Porque os benefícios do SNS são imediatos. Será um esboroar. Peço desculpa: é um esboroar!

TEREMOS PELA FRENTE UMA DIFICULDADE DE ANÁLISE: A BURGUESIA NÃO QUER DO SNS A SUA PRIVATIZAÇÃO CLÁSSICA. NÃO ESTÁ INTERESSADA NO FUNCIONAMENTO DO MERCADO OU NA LIVRE CONCORRÊNCIA. TAMBÉM NÃO BUSCA MONOPÓLIOS, PORQUE A DISPUTA É GRANDE E OS CONCORRENTES INTERNACIONAIS ESTÃO JÁ MUITO BEM INSTALADOS.

O que lhe interessa são as rendas públicas. Se com os bancos basta delapidá-los e ameaçar com novas crises financeiras para terem injeções de capitais públicos, com o SNS a estratégia é mais subtil: é necessário demonstrar que o SNS não funciona. Em ambos os casos, esta estratégia tem contado com a colaboração dos governos: nada mais fácil do que subfinanciar um serviço para demonstrar que ele funciona mal. Mas o SNS conserva ainda um capital de confiança, embora esteja hoje fragilizado, que se mantém, apesar de tudo.

É nesse capital de confiança que podemos disputar o futuro do SNS. Tradicionalmente, os movimentos de defesa do SNS, excluindo os sindicatos de profissionais de saúde, têm assentado em dois pilares: (1) comissões de utentes monopolizadas pelo PCP e (2) uma elite de profissionais que se junta pontualmente em ações momentâneas. A tarefa imediata anuncia-se evidente: construir um movimento de raiz popular de defesa do serviço público de saúde. Pode parecer hercúleo, mas será mais tangível se percebermos como se organizam hoje em dia as pessoas em torno das questões da saúde: à volta de problemas específicos. Foi criado recentemente um Observatório de Canábis Medicinal por iniciativa dos doentes e pais de crianças doentes; já existe um Movimento pela Despenalização da Morte Assistida; estamos a construir pequenas organizações científicas de saúde LGBTI+; há movimentos nas redes sociais pela redução de riscos em relação ao tabaco; temos já uma rede de ativistas na área do VIH; já existe uma petição contra a violência obstétrica; começamos agora uma discussão intersecional sobre feminismo e saúde. Tudo isto nasce atomizado e desconexo, pronto a ser integrado ou subjugado à hegemonia reinante. Essa será a tarefa mais difícil, mas absolutamente necessária, que teremos de encetar: demonstrar que todas estas lutas só serão profundamente vencedoras num serviço de saúde público, que só a universalidade de cuidados pode garantir que todos estes direitos serão para todos e para todas. Como se faz isto? Ainda não sei muito bem, mas tenho a certeza de que vamos encontrar uma forma.

INTERNACIONAL

OPOSIÇÃO A BOLSONARO CRESCE NAS LUTAS E NAS RUAS

FERNANDO SILVA[1]

O 14 de junho foi um dia vitorioso. Embora a Greve Geral em si tenha sido parcial, a totalidade do dia foi marcada pela combinação de greves, atos massivos, passeatas e bloqueios, desde as primeiras horas da manhã. Foi um dia amplo de protestos e protagonismo de inúmeros setores sociais, combinando já diversas pautas que vão aumentando a oposição ao governo nas ruas.

Houve forte paralisação, principalmente nos transportes e servidores públicos, com destaque para a educação. Transportes (ainda que parcialmente) e educação tiveram paralisações em praticamente todos os estados da Federação e Distrito Federal, segundo levantamento do próprio G1, da Globo. Segundo o mesmo levantamento, houve paralisação expressiva dos bancários em 11 capitais do país. Também houve greve expressiva em petroleiros, portuários e metalúrgicos (todas as montadoras do ABC pararam). Nas passeatas e atos houve muita presença da juventude que aderiu aos protestos em escolas e universidades; o MTST cumpriu um protagonismo importante na região metropolitana de São Paulo com bloqueios de vias e estradas e, em menor medida, em algumas outras cidades.

Os atos de final de tarde na média foram muito expressivos, alguns muito massivos, considerando que era um dia de greves e dificuldade de mobilidade. Foram atos muitos maiores do que no dia da Greve Geral de 2017, embora enquanto greve geral a de 2017 foi superior. Entre outras razões, porque em 2017 houve maior unidade das centrais contra a reforma trabalhista e previdenciária, ao contrário deste ano, quando centrais mais moderadas e de tradição pelega, como a UGT, recuaram nas vésperas, o que contribuiu, por exemplo, para retirar os trens e ônibus da greve na região metropolitana de São Paulo; possivelmente refletindo já a posição de algumas centrais em negociar a reforma da Previdência e de se sentirem um tanto contempladas pelo relatório apresentado pelo Centrão[2] na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, um dia antes da greve.

Também vale destacar que tal como o 15M e o 30M, a capilaridade das manifestações do dia 14 foi muito ampla, não se restringindo às capitais, mas ocorrendo novamente em centenas de cidades. Segundo a CUT, houve greve e protestos em 385 cidades, o G1 da Globo registrou oficialmente mais de 200 cidades do país. É bastante expressivo.

Mas, independente dos números mais exatos, podemos, com segurança, afirmar que o 14 de junho se insere na curva ascendente da resistência social e popular ao governo e suas políticas. As lutas sociais têm protagonismo. Esse movimento de massas ainda não unificado, multifacetado, mas com diversos atores da nossa classe está em ascensão e incide no tabuleiro político do país.

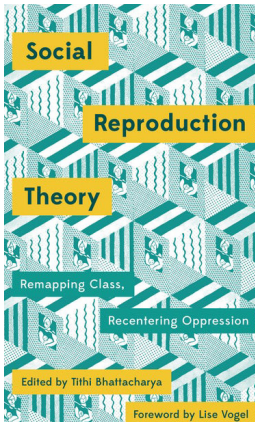
Por exemplo, no caso da reforma da Previdência, o relatório apresentado pelo Centrão nesta semana na CCJ em relação ao projeto original de Guedes-Bolsonaro é uma derrota parcial do governo. A retirada da capitalização é uma tremenda derrota do capital financeiro em particular. Expressão da crise do andar de cima sim, mas também expressão da crescente resistência popular. A luta e a resistência dos servidores públicos no nível dos estados e municípios também ajuda a explicar a retirada dos estados do projeto que está em discussão na comissão.

Mas não devemos subestimar de toda forma que ainda não houve uma virada na conjuntura. Dizer que a curva da resistência é ascendente não é o mesmo que desconhecer as contradições desta conjuntura. Além do recuo de algumas centrais, também houve uma ação coordenada do Judiciário para impedir a greve, em especial no setor de transportes. Ao contrário dos atos de maio, houve também um outro patamar de repressão policial sobre piquetes e bloqueios, que buscaram esvaziar a greve logo na madrugada e manhã do dia 14. Houve dezenas de prisões de ativistas, estudantes e trabalhadores em alguns estados, como Rio Grande do Sul e São Paulo. E não menos relevante é que a batalha político-ideológica contra a retirada dos direitos previdenciários não está ganha ou consolidada na maioria da população. Ainda haverá uma forte queda de braço com o governo e a direita na propaganda e nas ruas.

1 - Fernando Silva é jornalista e membro do Diretório Nacional do PSOL.

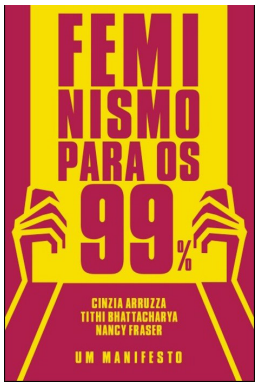
2 - Centrão refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possuem uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade ao poder executivo de modo que este lhes garanta vantagens e lhes permita distribuir privilégios por meio de redes clientelistas.

LEITURAS



SOCIAL REPRODUCTION THEORY
Tithi Bhattacharya (Ed.)
2017 | 268 páginas | Pluto Press | PVP: ± 24.70 Euros

Tithi Bhattacharya é a editora deste livro, que reúne, para além do seu contributo, muitos outros, nomeadamente os de Nancy Fraser, Salar Mohandesi, Emma Teitelman, David McNally, Susan Ferguson, Carmen Teeple Hopkins, Serap Saritas Oran, Alan Sears e Cinzia Arruzza. Neste conjunto de autoras e autores está quem tem estado nos movimentos pelo reconhecimento do trabalho doméstico ou nas greves feministas, porque é aí que hoje se trava a luta pela afirmação do caráter público e social daquilo que foi tornado privado ou pessoal, é aí que se questionam as fronteiras entre reprodução e produção, assim como se lança o desafio de criar novos paradigmas de solidariedade frente à acumulação. Poder-se-ia perguntar se é tarde para estas lutas, mas é apenas tarde para a exploração e a opressão. Este trabalho coletivo permite-nos atualizarmos vários conceitos e propostas do marxismo clássico, conhecer a crítica marxista à intersecionalidade como bandeira quando ela, como tantas vezes acontece, não passa disso mesmo, de um ato proclamatório. É, pois, um livro, que nos introduz e convida a um olhar refrescado do marxismo, como corrente anticapitalista, antirracista, feminista e antipatriarcal. Estas palavras estão na ordem do dia, mas o que se pretende é traçar coordenadas para desbravar caminho naquilo que elas representam hoje e fazê-lo à escala global. Questionando a crise e as contradições do cuidado, Fraser põe o dedo na ferida: o capitalismo é a contradição. Mafalda Araújo



FEMINISMO PARA OS 99%, UM MANIFESTO
Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser
2019 | 136 páginas | Objectiva | PVP: ± 11.90 Euros

O feminismo para os 99% é a alternativa anticapitalista ao feminismo liberal, que se tornou hegemónico nas últimas décadas, devido ao reduzido nível de lutas e mobilizações em todo o mundo. O que entendemos como feminismo liberal é um feminismo centrado nas liberdades e a igualdade formal, que procura a eliminação da desigualdade de género, mas através de meios que apenas são acessíveis às mulheres da elite.
Para ser clara, é um tipo de feminismo que persegue a igualdade de género no interior de uma classe específica, a privilegiada, deixando para trás a grande maioria das mulheres. O feminismo dos 99% é uma alternativa ao feminismo liberal, já que é abertamente anticapitalista e antirracista: não separa a igualdade formal e a emancipação da necessidade de transformar a sociedade e as relações sociais na sua totalidade, da necessidade de superar a exploração do trabalho, o saque da natureza, o racismo, a guerra e o imperialismo. Finalmente, posiciona-se diretamente como parte do transfeminismo, defende os direitos e as necessidades das trabalhadoras sexuais e procura alianças sociais e políticas com todos os movimentos que lutam por um mundo melhor para os 99%. Cinzia Arruzza

ACONTECE

MARCHAS DO ORGULHO LGBTI+
Porto
6 DE JULHO | PRAÇA DA REPÚBLICA | 15H
Barcelos
13 DE JULHO | PAVILHÃO MUNICIPAL DO PARQUE DA CIDADE | 16H

SLUTWALK | MARCHA DAS GALDÉRIAS
Sim, estamos a pedi-las: autonomia, liberdade e justiça!
Porto
13 DE JULHO | 22H | PRAÇA CARLOS ALBERTO
Os espaços são públicos, mas os nossos corpos não! Em defesa de uma cidadania plena, com autonomia, liberdade e justiça para todas as pessoas, saímos à rua.

ACONTECE

ACAMPAMENTO LIBERDADE
Martinchel | Santarém
31 DE JULHO A 5 DE AGOSTO

5 dias para imaginar, preparar e ensaiar um mundo diferente. À porta do Liberdade, espaço autogerido, ficam todas as opressões: aqui não entra o machismo, não entra o racismo, não entra a LGBTfobia, não entra a exploração. No Liberdade só há lugar para a liberdade: desobediência em todas as frentes às regras que os de cima nos querem impor.

GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL 2020

A plataforma unitária Rede 8 de Março reuniu, em Encontro Nacional, no passado dia 9 de junho, em Braga, e decidiu, por unanimidade, convocar a Greve Feminista Internacional de 2020. Em várias cidades, os diversos núcleos já estão a reunir, para (re) começar o processo de construção da Greve.

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**

www.redeanticapitalista.net